

Craveiro Gomes Ferro de Carvalho Seco, na sequência da dispensa de estágio atribuída pelo júri do estágio do concurso em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 127, de 1 de Junho de 2000, a qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Processo isento do visto do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2001. — Pelo Presidente da Câmara, (Assinatura ilegível.) 10-1-107 628

CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

Aviso

A Câmara Municipal do Entroncamento, em reunião ordinária realizada em 12 de Fevereiro de 2001, deliberou proceder à revisão do PDM — Plano Director Municipal — nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

16 de Abril de 2001. — O Presidente da Câmara, José Pereira da Cunha. 10-1-107 627

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Aviso

Concurso externo de ingresso no quadro

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 5 de Abril de 2001 do vereador do Pelouro de Recursos Humanos e Formação, ao abrigo de competência delegada por despacho do presidente da Câmara de 28 de Outubro de 1999, em matéria de pessoal [artigo 68.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro] se encontra aberto concurso externo de ingresso no quadro de pessoal, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso, para: cinco lugares de marcador de vias do grupo de pessoal operário semiqualeficado.

2 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 204/91, de 29 de Outubro, e n.º 109/96, de 1 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.º 407/91, de 17 de Outubro, n.º 102/96, de 31 de Julho, e n.º 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro;
Portaria n.º 80/2001, de 8 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio.

3 — O concurso é válido para as vagas acima referidas, e para outras que vierem a ocorrer no prazo de um ano, contado a partir da data da publicação da lista de classificação final.

4 — Conteúdo funcional — descrito no Despacho n.º 29-A/92, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 285, de 11 de Dezembro de 1992: coloca, retira e substitui o material de sinalização e seus acessórios, coloca vedações para peões e veículos, procede à correcção de sinais que se encontram fora da sua posição normal ou do fim para que foram colocados. Executa, ainda, os trabalhos preparatórios de sinalização de vias.

5 — Remuneração, local e condições de trabalho — escalão 1, índice 129, vencimento mensal ilíquido: 78 200\$.

O local de trabalho será a área do concelho de Évora, sendo as condições de trabalho as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

6 — Requisitos gerais de admissão — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, designadamente:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.1 — Requisitos especiais de admissão:

- Possuir como habilitações literárias a escolaridade obrigatória;
- Possuir um ano de comprovada experiência profissional, adequada ao exercício da profissão.

7 — Forma e prazo para apresentação de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas no prazo fixado através de requerimento escrito dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Évora, ou através de impresso próprio para o efeito, a obter na Divisão de Recursos Humanos e Formação, e entregue pessoalmente nesta Divisão durante o horário normal de funcionamento, ou enviado pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, contando neste caso a data do registo, para: Câmara Municipal de Évora, Praça do Sertório, 7004-506 Évora.

Do requerimento devem obrigatoriamente constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, naturalidade, filiação, estado civil, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte fiscal, situação militar, se for o caso, profissão, residência, código postal e número de telefone);
- Habilitações académicas;
- Identificação do concurso a que se candidata, assim como do *Diário da República* em que foi publicado este aviso;
- Quaisquer circunstâncias passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal e, neste caso, devidamente comprovadas.

7.1 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, de documento comprovativo das habilitações literárias e declaração relativa à experiência profissional adquirida de acordo com a alínea b) do n.º 6.1 do presente aviso.

7.2 — Os requerimentos de admissão deverão, ainda, ser acompanhados da documentação que comprove os restantes requisitos gerais exigidos no n.º 6 deste aviso, alíneas a), b), d), e) e f), podendo ser substituídos por declaração no respectivo requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

7.3 — A falta dos documentos que devem acompanhar o requerimento de admissão a concurso sem razão justificativa é motivo de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.4 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação da documentação comprovativa das suas declarações.

7.5 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8 — Métodos de selecção — serão os seguintes os métodos de selecção a utilizar:

1.ª Fase:

Prova prática de conhecimentos: com carácter eliminatório, classificada de 0 a 20, terá a duração de 30 minutos, e constará da marcação horizontal de cargas e descargas ou de lugares de estacionamento e montagem de um sinal rodoviário vertical;

Entrevista profissional de selecção: será classificada de 0 a 20 valores, onde serão avaliadas, numa relação inter-pessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, definindo-se os seguintes critérios:

- Capacidade de relacionamento;
- Capacidade de expressão e compreensão verbal;
- Motivação e interesses;
- Qualificação e perfil para o cargo.

A entrevista profissional de selecção será pontuada da seguinte forma:

- Favorável preferencialmente: 16 a 20 valores;
- Bastante favorável: 14 a 15 valores;
- Favorável com reservas: 10 a 13 valores;
- Não favorável: inferior a 10 valores.